

Nome:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sequência:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA/GO
GUARDA CIVIL MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL – CLASSE II

Provas Objetivas e Prova Discursiva

INSTRUÇÕES

- Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de prova corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“A retidão protege o homem íntegro”

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva **folha de texto definitivo**.
 - Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
 - É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
 - Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas, sua folha de texto definitivo e este caderno de provas e retirar-se da sala.
 - Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
 - Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
 - Ao terminar a prova, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de provas.
 - A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno**, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
 - É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
 - Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa em que o termo apresentado corresponde a uma forma de pronúncia popular cujo registro, no texto, está em desconformidade com a ortografia oficial em vigor.

- (A) “uai” (linha 29)
- (B) ‘espaia’ (linha 47)
- (C) “pra” (linha 8)
- (D) “areia” (linha 16)

QUESTÃO 6

Cada uma das alternativas a seguir apresenta um trecho do texto seguido de uma proposta de reescrita. Considerando as normas de regência verbal, assinale a alternativa em que a proposta de reescrita apresentada é gramaticalmente correta e preserva os sentidos do texto.

- (A) **“desconfiar da velhinha”** (linha 5): **desconfiar a velhinha.**
- (B) **“examinar o saco”** (linha 19): **examinar do saco.**
- (C) **“montou na lambreta”** (linha 22): **montou a lambreta.**
- (D) **“interceptou a velhinha”** (linhas 31-32): **interceptou à velhinha.**

QUESTÃO 7

O verbo “adquirira” (linha 14) está flexionado no tempo

- (A) futuro do pretérito.
- (B) futuro do presente.
- (C) pretérito imperfeito.
- (D) pretérito mais-que-perfeito.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que apresenta o trecho que se encontra isolado por vírgula(s) no texto porque exerce a função de vocativo.

- (A) “vovozinha” (linha 10)
- (B) “Muito encabulado” (linha 20-21)
- (C) “uai” (linha 29)
- (D) “Olha” (linha 35)

QUESTÃO 9

	A	B	C
1	BAIRRO	GUARDAS	
2	Belvedere	5	
3	Cristal	3	
4	Cruzeiro	1	
5	Lustosa	7	
6	Rio de Janeiro	3	
7	TOTAL		
8			

Considerando a planilha do programa Microsoft Excel 2016, para que seja apresentada, na célula B7, a quantidade de guardas lotados em todos os bairros, deve-se inserir nesta célula a fórmula

- (A) =SOMA(B2:B6).
- (B) =SOMA(B2;B6).
- (C) =SOMA(B2,B6).
- (D) =SOMA(B2+B6).

QUESTÃO 10

Em redes de computadores, o conector amplamente utilizado para conexões de rede Ethernet em cabos de par trançado é o

- (A) USB.
- (B) RJ45.
- (C) VGA.
- (D) HDMI.

QUESTÃO 11

No sistema operacional Windows, as extensões dos formatos de arquivo de filme, de documento do Microsoft Word e de arquivo de programa executável são, respectivamente, as extensões

- (A) avi, pptx e exe.
- (B) mpeg, docx e dll.
- (C) avi, docx e exe.
- (D) pdf, xlsx e bat.

QUESTÃO 12

A técnica em que os hackers usam o poder de processamento dos computadores das vítimas para minerar criptomoedas sem o seu consentimento é denominada

- (A) Fileless Malware.
- (B) Cryptojacking.
- (C) Macrovírus.
- (D) Scareware.

QUESTÃO 13

Transcorria o ano de 1932. A *Informação Goiana* trazia a seguinte nota em suas páginas vivas de otimismo: “O assunto mais palpitante neste momento em todo o Estado é o da mudança da sua capital, projectada [...] para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela idéia, sendo que a maioria é pela transferência da séde do governo. Na Capital, entretanto, dous terços são a favor, sendo a minoria contrária composta de grandes proprietários”.

Internet: <<https://files.cercomp.ufg.br>> (com adaptações).

No contexto histórico apontado no texto, é correto afirmar que

- (A) o controle político e econômico do estado de Goiás passou, a partir da Revolução de 1930, para o domínio das antigas oligarquias rurais.
- (B) o estado de Goiás tinha como governador um interventor nomeado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas.
- (C) a capital goiana era um núcleo urbano dinâmico, próspero e moderno, o que justificava a resistência de parte da população em aceitar a mudança para a nova capital a ser construída.
- (D) Goiás era um dos estados que havia sido excluído do projeto federal “Marcha para Oeste”, que contemplava apenas os atuais estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

QUESTÃO 14

A capacidade de homogeneização do capital assume contornos menos nítidos quando direcionamos nossos estudos para as resistências produzidas pelos movimentos sociais. As décadas de 50 e 60, do século XX, em Goiás, foram marcadas por muitas lutas de resistência de posseiros e arrendatários no campo.

Internet: <<https://projetos.extras.ufg.br>>.

Entre os movimentos sociais de luta pela terra em Goiás, no período apontado no texto, merece destaque o ocorrido

- (A) na região de Anápolis e Terezópolis de Goiás.
- (B) na zona leiteira de Bela Vista.
- (C) em áreas de preservação ambiental no oeste do estado.
- (D) na região de Trombas e Formoso, no atual norte do estado.

QUESTÃO 15

Anualmente, o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lança um relatório atualizando os dados de violência no Brasil. O trabalho é feito em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Atlas da Violência de 2023 foi publicado pelo Ipea, com dados obtidos em 2021.

Internet: <<https://www.ipea.gov.br>>(com adaptações).

Acerca das questões relacionadas à segurança no Brasil, em Goiás e em Cristalina, assinale a alternativa correta.

- (A) Além de contar com uma brigada do Exército, Cristalina conta ainda com o 32.º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás.
- (B) A maioria dos homicídios no Brasil em 2021, segundo o Atlas da Violência citado, vitimou adultos com idade superior a 35 anos.
- (C) Segundo o Atlas da Violência no Brasil divulgado em 2023 pelo Ipea, Goiás está entre os estados que mostram uma diminuição sistemática e persistente nas taxas de homicídios nos últimos anos.
- (D) Embora ainda muito frequente, a violência letal contra as mulheres no Brasil tem diminuído; a maioria dos casos registrados ocorre majoritariamente dentro dos domicílios.

QUESTÃO 16

[...] a modernização da mineração em Goiás foi responsável por alavancar a indústria de exploração e transformação mineral por meio da captação de investimentos de origem transnacional. Assim, a mineração voltou a desempenhar um importante papel na economia do Estado que se destaca entre os principais produtores de minérios do país.

Revista Pegada, vol. 20, n. 2, 2019, p. 147.

A respeito da mineração em Goiás e dos assuntos correlatos, é correto afirmar que

- (A) o ímpeto inicial para o processo de modernização da mineração se deu sob o comando do estado, no início dos anos 1960, no governo Mauro Borges.
- (B) atualmente, há severas restrições à participação de empresas de capital estrangeiro em atividades de mineração no estado de Goiás.
- (C) compostos químicos conhecidos como *terras raras*, essenciais para indústrias de alta tecnologia, de alto valor no mercado, estão ausentes do território goiano.
- (D) os municípios Niquelândia, Catalão, Porangatu e Aragarças são os que mais se destacam na mineração goiana, atualmente, por valor de produção.

QUESTÃO 22

Conforme o art. 193 da Constituição Federal de 1988 “a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta o princípio de ordem social que está de acordo com o primado do trabalho.

- (A) Garantia do pleno emprego e da valorização do trabalho humano.
- (B) Proteção dos interesses exclusivos da classe dominante.
- (C) Supremacia dos interesses individuais sobre os interesses coletivos.
- (D) Direito à propriedade privada irrestrita.

QUESTÃO 23

“O Estado é responsável pela organização e pelo controle social, uma vez que detém o monopólio legítimo do uso da força”.

CARVALHO, Matheus, 2019, p 31.

A respeito do Estado, do governo e da Administração Pública, bem como de seus conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) Administração Pública, em sentido formal, é elemento formador do Estado, representada por sua cúpula diretiva.
- (B) A Constituição Federal de 1988 define a tripartição dos poderes, todos independentes e harmônicos entre si: Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) Estado, governo e Administração Pública são termos equivalentes no contexto do direito administrativo e representam a atuação do Estado na sociedade.
- (D) Autotutela corresponde ao dever de revisão do poder judiciário sobre os atos ilegais do poder executivo.

QUESTÃO 24

Considerando que os poderes administrativos do Estado se referem aos instrumentos e às prerrogativas concedidas à Administração Pública para que esta exerça suas atribuições de forma eficiente e em conformidade com o interesse público, é correto afirmar que o poder

- (A) discricionário é o poder de coordenação e subordinação dentro da estrutura administrativa, que permite que órgãos superiores controlem as atividades dos órgãos inferiores, garantindo unidade e eficiência à administração.
- (B) vinculado refere-se à margem de liberdade conferida à administração para decidir sobre questões em que a lei não prevê uma solução específica, desde que observe os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.
- (C) regulamentar é o poder de editar normas para disciplinar a aplicação da lei, permitindo à Administração Pública complementar e detalhar as disposições legais para sua efetiva aplicação.
- (D) disciplinar é o exercício temporário das atribuições de um órgão de controle, quando realiza o controle externo de órgãos subalternos.

QUESTÃO 25

“[...] ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42.ª ed. São Paulo: Malheiros Editoras LTDA, 2016.

Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) entende-se por competência o poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.
- (B) são requisitos dos atos administrativos o objeto, a forma, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- (C) quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser classificados em constitutivos, declaratórios ou enunciativos.
- (D) são espécies de atos administrativos as emendas constitucionais, as portarias, os decretos, as resoluções e as leis.

QUESTÃO 26

Segundo a Lei n.º 8.429/1992 e suas atualizações, inclusive aquelas trazidas pela redação dada pela Lei n.º 14.230/2021, que dispõe sobre sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4.º do art. 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (B) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial ou desvio dos bens da administração indireta, a exemplo de perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (C) Não constitui ato de improbidade administrativa a percepção de vantagem econômica indireta para facilitar a alienação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (D) O mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 27

A responsabilidade civil da Administração Pública traduz-se “na obrigação de reparar economicamente danos patrimoniais, e com tal reparação se exaure”.

Alexandrino e Paulo, 2008, p. 599 (com adaptações).

Acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) o Estado não poderá ser responsabilizado civilmente por omissões, uma vez que a sua responsabilidade civil necessita de uma ação ilícita prévia, para gerar a necessidade de reparação.
- (B) a responsabilidade civil do Estado é subjetiva, devendo-se demonstrar, dessa forma, a culpa ou o dolo de determinada ação dos seus agentes, o que se aproxima à ideia de culpa administrativa com risco integral.
- (C) os elementos que caracterizam a teoria da culpa do serviço ou da teoria civilista são a conduta lícita, o dano e o nexo de causalidade.
- (D) a responsabilidade civil do Estado, conforme dispõe o art. 37 § 6.º da Constituição Federal de 1988, é objetiva, mas a responsabilização do agente, perante o Estado, é subjetiva, decorrendo da comprovação de culpa ou de dolo.

QUESTÃO 28

No que diz respeito ao estudo dos agentes públicos no direito administrativo, que nos conduza a alguns termos relacionados à dinâmica do provimento, bem como às mudanças que ocorrem ao longo do tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Remoção é provimento derivado que se traduz em retorno ao cargo anteriormente ocupado, em razão de anulação do ato de demissão.
- (B) A exoneração, que consiste na dissolução do vínculo com o poder público, sem caráter de penalidade, é hipótese de vacância.
- (C) Readaptação é o deslocamento de um cargo público de um órgão para outro, independentemente da natureza dos cargos, desde que haja prévia autorização e concordância dos órgãos envolvidos, para otimização das atividades administrativas.
- (D) Entende-se por reversão a assunção de cargo mais elevado na carreira de ingresso, por servidor público, quando levados em consideração critérios de antiguidade e merecimento.

QUESTÃO 29

Com base na Lei n.º 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em observância à Constituição Federal, à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, é correto afirmar que

- (A) a violência de que trata a Lei Maria da Penha deve ocorrer no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos unidos por laços naturais e que coabitem entre si por vontade expressa, ou seja, entre marido e mulher.
- (B) a lei exige comprovação de que a violência psicológica tenha resultado no mundo fático, com prejuízos efetivos à saúde física da mulher, sob pena de esta incorrer em denúncia caluniosa.
- (C) a violência moral, ou seja, aquela que constranja a mulher a presenciar relação sexual, sem que dela participe, é causa de atipicidade, se não houver cerceamento dos direitos sexuais da mulher.
- (D) configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

QUESTÃO 30

“Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio” descreve o tipo penal previsto no Código Penal brasileiro de

- (A) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) corrupção passiva.
- (C) peculato.
- (D) concussão.

QUESTÃO 31

"[...] para o sistema criminal, a expressão patrimônio, mais genérica, [...] passa a, teoricamente, compreender qualquer relação entre homens, fática ou jurídica, que represente valores auferíveis em dinheiro. Ela possui uma dimensão aglutinadora, de cabedal de bens, direitos e interesses, reais ou obrigacionais, com ressaltado viés econômico".

SALVADOR NETTO, Alamiro, 2014, p. 16 (com adaptações).

A respeito dos crimes contra o patrimônio, previstos no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa configura crime de extorsão.
- (B) Suprimir ou deslocar tapume, marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia constitui crime de usucapião.
- (C) Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico não será punido se o autor do fato o fizer para expressar suas opiniões político-partidárias.
- (D) Entende-se por furto qualificado a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

QUESTÃO 32

A parte especial do Código Penal brasileiro inicia-se com a tipificação dos crimes contra a pessoa, a partir do art. 121. Com base nessa informação, corresponde ao crime de feminicídio

- (A) induzir mulher a suicidar-se ou a praticar automutilação.
- (B) matar mulher por razões da condição do sexo feminino.
- (C) matar filha logo após o parto, sob influência do estado puerperal.
- (D) provocar aborto, sem o consentimento da gestante.

QUESTÃO 33

O princípio da legalidade é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Acerca desse tema e suas repercussões no Direito Penal, é correto afirmar que

- (A) segundo o Código Penal brasileiro, a sentença penal condenatória estrangeira de detenção ou reclusão igual ou maior a 3 anos pode ser homologada no Brasil, desde que transitada em julgado.
- (B) aplica-se a lei estrangeira ao crime cometido nas embarcações brasileiras de natureza pública que se encontre em alto-mar.
- (C) a lei excepcional ou temporária, quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, deixa de ser aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.
- (D) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

QUESTÃO 34

Segundo a aplicação da lei penal, é correto afirmar que

- (A) não há crime sem lei anterior que o defina e nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) denomina-se *abolitio criminis* a situação em que uma lei nova traz benefícios de redução de pena ao autor do fato criminoso.
- (C) princípio da territorialidade consiste na identificação do lugar onde o crime produziu seu resultado, o que regerá as hipóteses de bis in idem permitidas no direito penal brasileiro.
- (D) a lei posterior que deixa de considerar um fato como típico terá validade restrita aos casos em que ainda não existe sentença condenatória transitada em julgado.

QUESTÃO 35

Acerca da aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas, é correto afirmar que

- (A) o código de processo penal brasileiro prevalece sobre tratados, convenções e regras de direitos humanos e de direito internacional.
- (B) a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (C) os processos de competência da Justiça Militar são regidos pelo código de processo penal brasileiro, assim como aqueles da competência de tribunal especial.
- (D) a lei processual penal proíbe interpretação extensa ou analógica, bem como a aplicação de princípios gerais de direito.

QUESTÃO 36

A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, serão devolvidos ao autor do delito, tão logo periciados.
- (B) A autoridade policial deve pedir autorização judicial para averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social e sua condição econômica.
- (C) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do procurador-geral de Justiça.
- (D) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

QUESTÃO 37

“Ação penal é o procedimento judicial deflagrado pelo titular da ação quando há indícios de autoria e de materialidade, a fim de que o juiz declare procedente a pretensão punitiva estatal e condene o autor da infração penal”.

Internet: <<https://www.tjdft.jus.br/>>.

Segundo o tema Ação Penal, é correto afirmar que

- (A) nos crimes de ação pública, a ação penal será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (B) nos casos de ação penal pública condicionada à representação, o ofendido ou quem tenha a qualidade para representá-lo poderá se retratar até o momento das alegações.
- (C) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, excluindo-se qualquer participação no processo do Ministério Público, em razão de negligência.
- (D) ao juiz criminal, em razão da adoção do sistema acusatório no Brasil, não cabe reconhecer extinção de punibilidade de ofício, no decorrer de uma ação penal.

QUESTÃO 38

No que diz respeito à prisão e à liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se em flagrante preparado quem: está cometendo a infração penal; acaba de cometê-la; e é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (B) Os ministros de Estado, quando presos por decisão penal condenatória transitada em julgado, serão recolhidos à prisão especial, em deferência ao cargo ocupado.
- (C) Ninguém será recolhido à prisão, sem que seja exibido o mandado ao respectivo diretor ou carcereiro, a quem será entregue cópia assinada pelo executor ou apresentada a guia expedida pela autoridade competente, devendo ser passado recibo da entrega do preso, com declaração de dia e hora.
- (D) Se houver resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar da força e de armas não letais, indistintamente, em razão da necessidade de firmar o poder de polícia do Estado.

QUESTÃO 39

Acerca da Lei n.º 7.960/1989, que dispõe sobre a prisão temporária, é correto afirmar que

- (A) o envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte, por sua gravidade, deverá ser objeto de prisão preventiva, uma vez que sua duração é maior do que a prisão temporária.
- (B) a prisão temporária poderá ser decretada pelo Ministério Público ou por autoridade policial, e terá o prazo de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (C) caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes de homicídio doloso e sequestro ou cárcere privado.
- (D) o tráfico de drogas, a tortura, a dívida por pensão alimentícia e os crimes patrimoniais cometidos com arma de fogo poderão ser objeto de representação e decretação de prisão temporária.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa que descreve corretamente o instituto do *habeas corpus*.

- (A) Trata-se da aferição da incapacidade permanente ou temporária de um indivíduo para o exercício da autoridade marital.
- (B) É o livramento subordinado à obrigação de pagamento das custas do processo e da taxa penitenciária.
- (C) São condições de admissibilidade, conveniência e oportunidade da concessão de redução de dois terços da pena por bom comportamento do preso.
- (D) Consiste em medida judicial que tem como objetivo a proteção da liberdade de locomoção do indivíduo, quando esta se encontra ameaçada ou restringida de forma direta ou indireta.

QUESTÃO 41

De acordo com as normas do código de processo penal brasileiro acerca da ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ordenado o arquivamento do inquérito policial, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.
- (B) O Ministério Público homologará o acordo de não persecução penal e encaminhará os autos para sua execução perante o juízo de execução penal.
- (C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extinto está o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação.
- (D) No caso de notícia de morte do acusado, o juiz deverá declarar extinta a punibilidade, sendo irrelevante a manifestação do Ministério Público.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa que apresenta as características do inquérito policial.

- (A) Realizado pelo Ministério Público, sigiloso e escrito.
- (B) Procedimento inquisitivo, sigiloso e dispensável.
- (C) Realizado pela polícia ostensiva, escrito e indispensável.
- (D) Realizado pela polícia judiciária, indispensável e sigiloso.

QUESTÃO 43

Com base na Lei n.º 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete aos estados e municípios formular e coordenar a execução da Política Nacional sobre Drogas.
- (B) A redução dos fatores de vulnerabilidade e risco são atividades de prevenção do uso indevido de drogas.
- (C) Consoante a Lei, importar e exportar drogas são condutas mais graves que oferecer e transportar e, por isso, punidas com penas mais altas.
- (D) A associação ao tráfico depende da participação mínima de 4 pessoas.

QUESTÃO 44

O crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. Considerando o que dispõe a Lei n.º 8.072/1990 sobre os crimes hediondos, é correto afirmar que

- (A) o homicídio tentado, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, é considerado crime hediondo.
- (B) estelionato mediante fraude devidamente consumado e induzimento ao suicídio, mesmo que tentado, são exemplos de crime hediondo.
- (C) por se tratar de um dos crimes mais repudiados por todas as sociedades, o homicídio, seja ele simples ou qualificado, é considerado crime hediondo.
- (D) lesões corporais culposas graves e gravíssimas são consideradas crimes hediondos.

QUESTÃO 45

A respeito da Lei n.º 7.716/1989, que define e estabelece punições aos crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, é correto afirmar que

- (A) é possível abrir estabelecimento comercial, a exemplo de um bar ou restaurante, exclusivo para pessoas brancas.
- (B) a restrição de acesso a pessoas, em razão de sua cor ou raça, em elevadores de prédios residenciais é possível, desde que anunciado expressamente.
- (C) é crime impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional por motivo de discriminação de raça.
- (D) obstar o convívio familiar ou social de uma pessoa, em razão de sua cor, é fato atípico, enraizado na cultura brasileira.

QUESTÃO 46

No que diz respeito à Lei n.º 13.869/2019, que define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído, é correto afirmar que

- (A) os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública condicionada à representação contra o servidor e tem o prazo prescricional de 1 a 2 anos.
- (B) deixar de relaxar prisão manifestamente ilegal faz parte da avaliação de oportunidade e conveniência do juiz.
- (C) constranger o preso mediante redução de sua capacidade de resistência, para que este produza prova contra terceiro, desde que fundamentado e circunstanciado é conduta lícita.
- (D) submeter a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade a situação de violência é crime de abuso de autoridade.

QUESTÃO 47

É definida pela Lei n.º 9.455/1997 como crime de tortura a conduta de

- (A) deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada, ao desamparo ou em grave e iminente perigo.
- (B) constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima.
- (C) sequestrar pessoa com o fim de obter qualquer vantagem, para si ou para outrem, como condição ou preço do resgate.
- (D) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

QUESTÃO 48

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

- (A) os pais podem utilizar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina e educação.
- (B) o reconhecimento do estado de filiação é direito disponível que prescreve 2 anos após atingida a maioridade, observado o segredo de Justiça.
- (C) considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (D) a conduta descrita como crime praticada pela criança é chamada ato infracional, enquanto aquela praticada pelo adolescente chama-se contravenção penal.

QUESTÃO 49

Os juizados especiais foram criados para fins de conciliação, processo, julgamento e execução, nos crimes de menor potencial ofensivo ou nas causas de menor complexidade. Acerca dos juizados especiais criminais, com base na Lei n.º 9.099/1995 e na Lei n.º 10.259/2001, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese da Lei Maria da Penha, ao admitir a culpa, o réu do juizado especial criminal tem acesso à transação penal e à suspensão condicional do processo.
- (B) Para que ocorra a suspensão condicional do processo é cabível para acusações de crimes com penas de até 2 anos, nos casos de admissão de culpa pelo réu.
- (C) Entende-se por transação penal a suspensão do processo criminal, condicionada ao perdão da vítima ao infrator, que deverá ser reduzida a termo.
- (D) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

QUESTÃO 50

A respeito da Lei Municipal de Cristalina n.º 2.275/2015, é correto afirmar que

- (A) entre os princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal estão a preservação da vida, redução de sofrimentos e diminuição das perdas e o patrulhamento preventivo.
- (B) a nacionalidade brasileira e a idade não constituem óbices à investidura em cargo público na Guarda Civil Municipal, sob pena de discriminação.
- (C) em consonância com sua natureza, a Guarda Civil Municipal estará sujeita a regulamentos disciplinares de natureza militar.
- (D) incumbe à Guarda Civil Municipal, instituição de caráter militar, uniformizada e armada, a função de proteção municipal e repressão a crimes de menor potencial ofensivo.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Poucas horas depois de ver a filha sair de casa para trabalhar, a advogada aposentada Karla Pinto recebeu uma chamada de vídeo em seu celular. Do outro lado do vídeo, sua filha, a advogada criminalista Hanna Gomes, pedindo uma transferência via pix de R\$ 600. Três fatores fizeram a aposentada desconfiar da situação: na chamada de vídeo, sua filha estava com uma blusa diferente da que havia saído de casa; a conta para a qual o dinheiro deveria ser transferido seria de uma amiga da filha, e não a dela própria, e, principalmente, a filha não havia chamado a mãe pelo apelido carinhoso que as duas comumente usam entre si. Ao notar essas situações desconexas, a aposentada decidiu checar se realmente era Hanna que aparecia no vídeo e perguntou qual era o nome do cachorro da família e do vizinho que mora em frente à casa delas. Depois disso, a chamada foi desligada.

“Eram o meu rosto, meu cabelo e a minha voz. O único detalhe é que a voz estava um pouco em descompasso com o vídeo, mas sabemos que isso pode acontecer devido à conexão com a internet. É assustador ver a evolução desse tipo de golpe”, diz Hanna.

Internet: <<https://www.bbc.com>> (com adaptações).

Um estudo recente da Nord Security revela que aproximadamente 71% dos brasileiros já se tornaram vítimas de pelo menos um golpe on-line. O levantamento, que contou com a participação de 1.194 cidadãos maiores de 18 anos, foi realizado entre os dias 20 e 22 de março de 2023. Segundo o relatório, as fraudes mais comuns estão ligadas a finanças e informações bancárias.

Internet: <<https://www.em.com.br>>.

Considerando que os fragmentos de textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

GOLPES VIRTUAIS: COMO IDENTIFICAR? COMO SE PROTEGER?

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) exemplo de golpe virtual praticado atualmente no Brasil; **[valor: 1,0 ponto]**
- b) características do golpe virtual mencionado; e **[valor: 4,0 pontos]**
- c) estratégias para não se tornar uma vítima desse tipo de golpe. **[valor: 4,0 pontos]**

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



**ACOMPANHE O IBEST
NAS REDES SOCIAIS**



institutoibest



institutoibest



institutoibest